

'Centrão' livra terra produtiva de desapropriação

Brasília-Gilberto Alves

BRASÍLIA — Numa de suas sessões mais tensas e tumultuadas, a Constituinte decidiu que as terras produtivas, mesmo que não cumpram uma função social, não poderão ser desapropriadas para efeito de reforma agrária. Faltaram 12 votos à aliança do PMDB e da esquerda para manter na íntegra o texto do relator Bernardo Cabral, que previa a possibilidade de desapropriação. O resultado foi comemorado pela UDR, que lotou as galerias, aos gritos de "Brasil, Brasil" e com o Hino Nacional.

Votaram pela manutenção das expressões finais do parágrafo 1º do artigo 219 do texto de Cabral 267 constituintes e pela sua suspensão, 253. Onze parlamentares se abstiveram. Embora minoritários no plenário, os conservadores venceram porque tratava-se de um destaque para votação em separado, que, pelo regimento, exige maioria absoluta para incluir qualquer expressão no corpo da Constituição. Como o bloco formado pelo Centrão e a UDR não queria incluir nada — apenas suprimir —, não precisava ter 280 votos. Bastava que o outro lado não reunisse a maioria absoluta.

Na primeira votação da tarde, o texto-base do relator Bernardo Cabral foi aprovado por quase todo o plenário: 528 votos a favor, quatro contra e quatro abstenções. O Centrão, seguindo a estratégia traçada na noite, votou a favor do projeto e concentrou seus esforços na tentativa de derrubar parte do parágrafo 1º do artigo 219, através do recurso do destaque para votação em separado.

Agressão — Em seguida, foi posto em votação o destaque do Centrão. Nesse momento, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) denunciou que sua assinatura constava do requerimento do destaque, mas ele não o havia assinado. Em seguida, onze outros deputados fize-

ram denúncias semelhantes. Ulysses não atendeu aos apelos para que paralisasse a votação, alegando que, mesmo que a denúncia fosse verdadeira, ela não afetava o requerimento porque, ainda assim, ele teria mais do que 187 assinaturas exigidas regimentalmente. "Vossa Excelência está convalidando um estelionato", bradou o pemedebista Virgildásio de Senna (BA). Na verdade, apenas dois deputados — Aécio Neves (MG) e Fábio Feldman (SP) — constavam da relação de apoios ao destaque em votação. Em outro destaque, que sequer foi submetido ao plenário, é que houve a inclusão de doze nomes sem a aquiescência dos parlamentares.

Em meio à troca de acusações entre os dois lados, os deputados Paulo Ramos (sem partido-RJ), da esquerda, e José Lourenço (PFL-BA) desentenderam-se no corredor central do plenário. Ramos chegou a acertar um soco no ombro de Lourenço, mas os dois foram logo separados.

Prioridade — Covas declarou-se chocado com decisão de Ulysses de não apurar imediatamente as denúncias de fraude nas assinaturas. Mas assim mesmo resolveu votar a favor do requerimento do Centrão. "É um direito democrático", argumentou. Com o apoio da maioria do PMDB, o requerimento foi aprovado por 398 votos a favor, 131 contra e cinco abstenções. O Centrão, praticamente sem luta, ganhou o round decisivo para sua estratégia. Agora, à aliança do PMDB e da esquerda não bastaria ter a maioria no plenário; seria necessário alcançar 280 votos para manter a íntegra do texto.

Falaram contra Centrão os deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Querem desestabilizar o sis-

tema econômico rural, impedir que se plante a riqueza no campo, inviabilizar o investimento. Assim, desorganiza-se a sociedade e implanta-se a revolução sanguinolenta", acusou Righi, referindo-se à proposta de Cabral, sustentada pelo PMDB.

Fiúza argumentou que se um motorista comete um crime dirigindo seu carro, ele pode ser punido, mas seu veículo não será desapropriado. Da mesma forma, segundo ele, o proprietário de uma propriedade produtiva que não cumpre sua função social pode ser penalizado, mas sua terra não deve ser confiscada.

Pela aliança do PMDB e da esquerda, discursaram o senador Ronan Tito (PMDB-MG) e a deputada Sandra Cavalcanti. "Qual é a prioridade? O homem, a produtividade ou a propriedade?", perguntou o senador mineiro, para responder: "É o homem. E quem falou isso é Sua Santidade o Papa João Paulo II, que disse que sobre toda propriedade deve pesar uma hipoteca social." Grande proprietário rural, Ronan Tito disse que essa condição não o fazia um adversário da reforma agrária: "Será que me elegi para defender minha propriedade ou para construir um país com fraternidade?"

Iniciada a votação, o Centrão já saboreava a vitória, enquanto os pemedebistas e esquerdistas não escondiam sua irritação. Quando o placar eletrônico acusava 531 votos, os liderados de Covas perceberam que o pedessista Gerson Peres (PA), que tinha participado dos acordos com o PMDB, não havia votado. Começaram a gritar pelo seu nome. Peres, meio escondido atrás da Mesa, fingiu inicialmente que não ouvia os apelos. Finalmente saiu detrás da massa humana que circundava a Mesa e, aos gritos, disse que não ia votar. Não votou mesmo.



O Centrão comemorou, com euforia, a vitória da reforma agrária que a UDR queria

Como a liderança do PMDB queria

Como o 'Centrão' quis e aprovou

Artigo 219

Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social, cuja inobservância permitirá a sua desapropriação, nos termos do artigo 218.

Artigo 219

Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Sociólogo diz que latifúndio venceu

"Acabou a reforma agrária. A aprovação do destaque do Centrão líquida com qualquer possibilidade de desapropriação", lamentou Plínio Pereira, sociólogo do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas). "Havia uma luta entre quem queria e quem não queria a reforma agrária. Ganharão a UDR e a UDR, os que não queriam." O artilheiro dos conservadores, segundo Pereira, foi estimular na Constituinte "uma falsa discussão semântica sobre o que é propriedade produtiva, que obscureceu o fato de que produtiva é toda terra fértil." Ressaltou que com essa ação de desvirtuamento eles atingiram o objetivo de manter os latifúndios fora da reforma agrária.

cesso, porque o Estatuto da Terra, de 1964, estabelecia que terra produtiva é terra fértil.

Capitalista — Pereira previu que a decisão da Constituinte inviabilizaria também o Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 1985 por Sarney. Assinalou que a única forma de se atingir a meta de 43 milhões de hectares desapropriados até 1989 seria através da redistribuição de parte dos 164 milhões de hectares que estão sem uso nos latifúndios. "Essas terras ociosas são quase quatro vezes tudo que o PNRA propôs-se a desapropriar."

Integrante do movimento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que

reuniu CNBB, Comissão Pastoral da Terra, Ibase, Associação Brasileira de Reforma Agrária e Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), entre outras entidades, Pereira afirmou que a Constituinte "recusou uma proposta de reforma agrária que nada tinha de revolucionária, porque propunha, dentro das regras do capitalismo, apenas democratizar a terra como fator de produção."

O sociólogo Plínio Pereira advertiu que a vitória do Centrão e da UDR terá como consequência o agravamento dos conflitos pela posse da terra, "pois a situação de injustiça vai persistir e terá um reforço institucional para não mudar".

A lenta reforma de Sarney

Gestão	Imóveis	Área total
Gestão Nelson Ribeiro	76	377.596.0258
Gestão Dante de Oliveira	266	1.492.811.5263
Gestão Marcos Freire	35	188.269.6242
Gestão Iris Resende	2	790.8182
Gestão Jader Barbalho	157	1.304.470.4605
Total Governo Sarney	536	3.363.938.4550

□ Durante o governo José Sarney, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário já teve quatro titulares — Nelson Ribeiro, Dante de Oliveira, Marcos Freire e Jader Barbalho, o atual ministro — e foi ocupado interinamente pelo ministro da Agricultura, Iris Resende. Nesse período, foram redistribuídos 536 imóveis rurais, totalizando área de 3.363.000 hectares. Desse total, apenas um terço foi desapropriado. O restante é resultado de compra ou doação. Dificil-

mente Sarney cumprirá a meta que traçou para o Plano Nacional de Reforma Agrária — desapropriar 43 milhões de hectares até 1989. A assessoria do Ministério da Reforma Agrária informa, entretanto, que as desapropriações e aquisições de todos os governos anteriores não somam 4 milhões de hectares — o governo Sarney teria feito, portanto, uma proeza. Até abril, o número de famílias beneficiadas pela reforma agrária de Sarney era de 48.575, que ocupavam área de 2,2 milhões hectares.

Duas expressões, duas polêmicas

As expressões mais polêmicas e, portanto, mais utilizadas nos vários textos sobre reforma agrária submetidos à Constituinte são: *propriedade produtiva* e *função social da terra*. Eis o que significam, sob a ótica de duas entidades adversárias na questão, a União Democrática Ruralista (UDR) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag):

Propriedade produtiva — Segundo o fazendeiro goiano Carlos Spina, da UDR, são aquelas utilizadas em mais da metade de sua área para plantio de arroz, café, milho, por exemplo, ou para a criação de gado, "que até divisas rende ao país". Mas o presidente da Contag, José Francisco da Silva, diz que a expressão "produtiva" é dúbio, pois pode significar apenas que a propriedade é fértil e, mesmo que não esteja produzindo um só grão de arroz, é potencialmente capaz de produzi-lo.

Função social — Spina, dono de 130 alqueires (cerca de 800 hectares) em Uruaçu, onde produz gado e cereais, diz que a propriedade cumpre sua função social ao oferecer trabalho, direitos trabalhistas — hoje equiparados para a cidade e o campo —, casa e "até eletricidade e um leitinho para a família", aos seus empregados. Além disso, respeita as margens dos rios, mantém 30 por cento da área total intocada, não promove queimadas, não joga mercúrio nas águas. "Já bastam os agrotóxicos", comenta.

José Francisco concorda com essa leitura trabalhista e ecológica, mas acrescenta sinônimos econômicos e políticos à função social: nível de produtividade aceitável, medido por exemplo pela quantidade de grãos por hectare, distribuição do resultado da produção, seja de cereais ou de gado, entre os proprietários e os trabalhadores; inexistência de conflitos. "Um proprietário que expulsa trabalhadores de suas terras, evidentemente não cumpre função social alguma", conclui José Francisco, presidente da Contag desde 1968.

PDS e evangélicos mudam na hora H

A liderança do PMDB atribuiu a quatro "focos de traição" a derrota na votação da reforma agrária: o PDS, os evangélicos, os queristas e o grupo ligado ao ministro da Agricultura, Iris Rezende. Grande parte do PDS, com o senador Jarbas Passarinho e os deputados Delfim Netto e Gerson Peres, havia se comprometido a votar pela manutenção do texto. Passarinho e Delfim votaram contra. Peres preferiu não votar.

O ministro Iris Rezende trabalhou contra a proposta. Quanto aos evangélicos, o deputado Gidel Dantas (PMDB-CE) comunicou em nome do grupo à liderança do partido que podia contar com os votos dele e de seus colegas. Na hora H, os evangélicos ficaram do outro lado. Pelo menos três queristas surpreenderam a liderança do PMDB: Hélio Rosas, Samir Acha e Michel Temer. Já a deputada Márcia Kubistchek ficou no fundo do plenário até o final da votação e retirou-se em seguida, às pressas.

As lideranças do PMDB e a esquerda fizeram uma reunião de emergência traçando planos para tentar reverter o resultado na votação de hoje. Primeiro, com a possibilidade de conquistar, entre os 27 ausentes, 12 votos que, mantidos os 268 de ontem, garantissem a aprovação de uma emenda do senador Mário Covas, restabelecendo a parte do parágrafo que foi retirada pelo Centrão. A segunda alternativa é concentrar esforços para o segundo turno no sentido de suprimir a expressão "propriedade produtiva" do artigo que estabelece os termos da desapropriação.

Caiado não escondeu tensão

BRASÍLIA — Nossa Senhora das Graças, a "madrinha" de Ronaldo Caiado, não faltou ao afilhado. Quase três horas antes da votação que o transformaria no grande vencedor de ontem na Constituinte, o presidente da UDR entrou nas galerias exibindo a medalha que traz sempre no bolso dianteiro da calça: "Minha madrinha nunca me deixou perder nada", profetizou. Mas durante o processo de votação Caiado não mostrou a mesma segurança.

Ao contrário, manteve-se sempre tenso e só sorriu quando o plenário aprovou a autorização para que o destaque do Centrão fosse votado. Explodiu de alegria e cantou o Hino Nacional junto com os militantes da UDR que tomavam as galerias, quando o resultado final apareceu no painel eletrônico.

Cautela — Durante o dia Caiado evitou o lobby ostensivo que vinha fazendo há duas semanas. Desde as 10h trancou-se no gabinete do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) com um grupo de ruralistas e os presidentes da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes e da Organização das Cooperativas do Brasil, Roberto Rodrigues. Não saiu nem para almoçar. Mandou buscar um hambúrguer e um refrigerante que comeu

ali mesmo. No QG do Centrão não apareceu nem uma vez.

Pouco depois das 15h, a fazendeira Gracinha de Carvalho entrou na sala para avisar Caiado de que seria arriscado ir para as galerias por dentro do prédio da Câmara, pois um "corredor polonês" formado por 150 representantes de 14 entidades ligadas ao movimento dos sem-terra o aguardava próximo ao plenário. O presidente da UDR então cercou-se de seguranças e deu a volta por fora do prédio. No meio do caminho mais de 100 militantes da entidade o esperavam para acompanhá-lo. Caiado evitava previsões e repetia sempre: "Vamos lá, minha gente, esse é o epílogo da nossa luta".

Jair Meneguelli, presidente da CUT, sentou-se na mesma fileira de Caiado, a apenas 29 cadeiras de distância. Meneguelli dizia que estava ali para apoiar o texto "menos pior", ou seja, o do relator Bernardo Cabral. O presidente da CUT passou o tempo inteiro conversando com Avelino Ganzer (chamado de "o Lula do campo") e com José Francisco da Silva, da Contag.

Em seu lugar, Caiado abusava do tique nervoso que o faz balançar com força a perna direita e mordida os lábios com raiva quando algo o desagradava no plenário — como quando o deputado Ronan Tito (PMDB-MG) disse da tribuna que era um grande proprietário rural, mas que não estava ali para defender a própria terra.

Assim que foi anunciado o resultado, Caiado pulou em cima da poltrona aos berros de "Brasil, Centrão!", comemorando a vitória com os dois punhos cerrados para cima. Enquanto a UDR dava vivas aos seus heróis — gritando os nomes dos deputados Allyson Paulinelli, Daso Coimbra, José Egreja, Roberto Cardoso Alves, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Gastone Righi e Luis Eduardo Magalhães —, Meneguelli se retirava e os poucos militantes da CUT e da Contag tentavam rebater aos gritos de "assassinos".

Os brados da UDR eram mais fortes. Caiado "puxou" o Hino Nacional e saiu do Congresso carregado nos braços de fazendeiros, comemorando a "maior vitória já conseguida pela agricultura" e reivindicando para a UDR, a partir de agora, assento no Conselho Monetário Nacional e no Ministério da Agricultura.

No plenário, a guerra conjugal

□ A deputada Rita Camata tentava usar a palavra para denunciar que sua assinatura no requerimento de destaque do Centrão era falsa. O senador Gerson Camata segurou no braço da mulher e disse, ríspido: "Você não vai participar dessa palhaçada. Isso é pra tumultuar a votação." Mas Rita decidiu: "Vou acompanhar meus companheiros. Não assinei isso." Gerson retrucou: "Então por que você não cassa com eles também?" Rita, trêmula, foi à tribuna e fez sua denúncia. Recebeu a solidariedade da deputada Cristina Tavares: "Diz pra ele não falar isso de novo, que aqui tem muita gente querendo casar com você."



José Francisco (C) e Meneguelli (D): a face da derrota

Contag apontará "traidores"

Instalada na antiga Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) registrou, em silêncio, o primeiro resultado da votação de ontem da Constituinte que aprovou o texto do relator Bernardo Cabral. O único desabafo partiu do tesoureiro, Francisco Urbano: "Isso é igual ou pior que o Estatuto da Terra feito pela ditadura". Mas apesar do desânimo da Contag e dos 150 agricultores ou sem-terra que vieram a Brasília para acompanhar a votação, a reação já está prometida. Gravada em som e vídeo, a sessão de

ontem será exibida pelos quatro cantos do país a trabalhadores rurais e urbanos. "Mostraremos o rosto e a voz dos traidores do povo. Vamos fazer a anti-campanha para a prefeitura em novembro e repetir a dose nas eleições para governadores", avisa Francisco Urbano. O filme, que está sendo executado pelo cineasta Wladimir Carvalho, professor da Universidade de Brasília, será a principal peça da campanha da Contag. Além de se opor aos constituintes que se posicionaram contra a reforma agrária, os sem-terra trabalharão contra prefeitos, deputados estaduais e vereadores que estejam ligados àqueles parlamentares.

SABE DE BOLA MATA NO PEITO E ROLA MACIÇO.

JORNAL DO BRASIL JOÃO SALDANHA